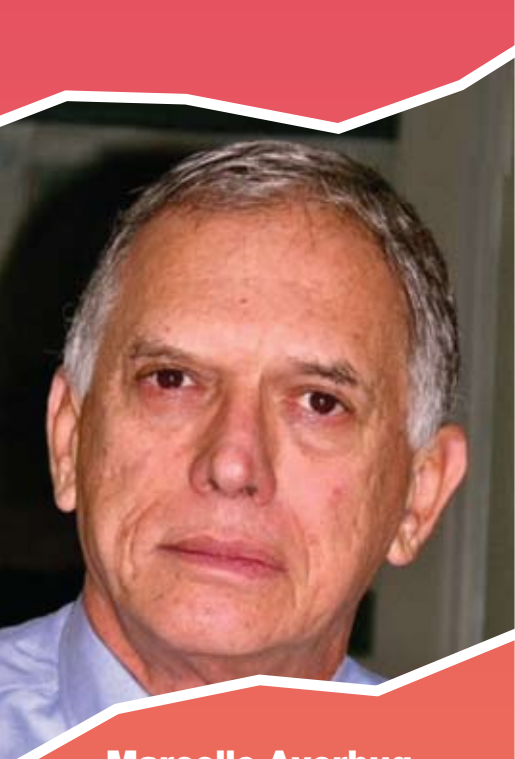




Marcello Averbug

Consultor econômico, autor do livro *Escritos itinerantes: economia e política*, economista aposentado do BNDES e ex-professor da UFF

Desenvolvimento econômico e exportação industrial

É frequente a afirmação de que a intensidade do crescimento da economia brasileira depende do vigor das exportações de produtos industrializados, excluída a agroindústria, cujas vendas ao exterior já são exemplares.

Embora seja inquestionável que a ampliação dos investimentos e da competitividade do setor industrial propicia benefícios cruciais ao país, convém examinar até que ponto o incremento de suas exportações impacta nosso desenvolvimento econômico e social.

Para avaliar a magnitude de tal impacto, em primeiro lugar é preciso levar em conta que atualmente as exportações de bens industrializados ocupam o modesto peso de 5,4% do PIB. Tal fato significa que, mesmo se houver um gigantesco esforço para elevar essa participação a, por exemplo, 8%, ainda assim será um percentual com limitada capacidade de alavancar o crescimento do PIB.

Também cabe reconhecer que o ímpeto de China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, Alemanha e Índia como ofertantes de bens industriais no mercado global, assim

como a estonteante inovação tecnológica gerada fora do Brasil, são realidades que cerceiam as chances de figurarmos com destaque entre os supridores internacionais de manufaturados. No entanto, esse cerceamento não justifica sentimentos pessimistas quanto ao futuro do país, nem desdém ao setor industrial, cujo dinamismo é imprescindível.

O Brasil desfruta dos requisitos para alcançar elevado *status* econômico e social mesmo sem reluzir como proeminente ofertante mundial de manufaturados. Observando países economicamente exitosos, constata-se a inexistência de receita ideal homogênea quanto à relevância, para o crescimento econômico, das vendas ao exterior de manufaturados e até mesmo da abertura externa da economia.

Nações de invejável padrão de vida registram diferentes graus de abertura da economia, em termos de exportação total sobre PIB. Por exemplo: nos Estados Unidos e na Austrália esse percentual beira modestos 13,5% e 14,4%, respectivamente, enquanto na Alemanha e na Coreia do Sul che-

gam a 36,3% e 43,2%. O percentual no Brasil é de 15,6%.

Com referência ao peso dos bens industrializados no total exportado, Estados Unidos, Alemanha e Austrália apresentam os contrastantes índices de 55%, 35,9% e 13,8%, respectivamente. A Coreia do Sul atinge 84%. Portanto, não há um padrão ótimo a ser almejado.

Responsável por mais de 20% do PIB, o setor industrial é fundamental ao desenvolvimento brasileiro, mas sua principal fonte de prosperidade provém da demanda exercida no interior de nossas fronteiras. Convém realçar que o incremento da produtividade setorial beneficia o consumidor doméstico, que obterá acesso a produtos fabricados no país sendo ofertados em níveis de preços vantajosos em termos internacionais. Por outro lado, o incremento da competitividade sempre favorece a conquista de novas fatias do mercado externo.

Historicamente, o sucesso dos Estados Unidos como potência industrial é explicado pela elevada capacidade de consumo de sua população, proveniente de um razoável esquema de distribuição social de renda, sem considerar os escravos. Quando esse esquema começou a sofrer danos, no final do século XX, a economia americana já havia atingido o píncaro e manteve seu vigor. Ainda assim, o tema do agravamento da concentração de renda vem preocupando expressiva parcela da sociedade americana.

Dado o número de seus habitantes, o Brasil dispõe de um potencial

de demanda interna suficiente para consolidar robusto empresariado industrial. O aproveitamento desse potencial depende da atenuação da prevalente inequidade social, o que permitirá o ingresso de imenso contingente da população ao mercado consumidor de manufaturados.

Enfatizar o mercado interno não implica desleixar o externo. Oportunidades reais de exportação repousam em vários segmentos industriais, o que implica também superar precariedades da infraestrutura nacional, sobretudo na área de transportes, o que demanda a existência de satisfatório esquema de financiamento. A disposição do BNDES em priorizar infraestrutura não basta para bancar os investimentos requeridos.

Ao longo das décadas de 1950 a 1970 foi relativamente fácil impulsionar o PIB mediante substituição das importações de bens industrializados. O mercado doméstico para esses bens já existia, apesar de estreito, pois era antes suprido pelas importações. Ademais, o protecionismo garantia a sobrevivência das novas fábricas. Agora, porém, os desempenhos da indústria e do PIB dependem inteiramente da expansão do poder de compra do consumidor interno.

O destino da estratégia aqui sugerida encontra-se atado a políticas públicas jamais implementadas no país. Evidentemente, não há como ignorar as dificuldades inerentes à execução dessas políticas. Porém, seria promissor se a sociedade brasileira, mediante a ação dos poderes públicos, passasse a direcionar nesse sentido as suas prioridades. ■

